

Tiago Bardal é expulso da polícia

O ex-superintendente da Seic é acusado de envolvimento em crimes de proteção de quadrilhas e envolvimento com organização criminosa no estado do Maranhão.

GERAL



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Câmara homenageia Fiema pelos 50 anos

A Câmara Municipal de São Luís realizou uma sessão solene, na última quinta-feira (25), para homenagear os 50 anos de fundação da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), comemorado 27 de novembro de 2018. A homenagem foi proposta pelo vereador Pavão Filho (PDT) e aprovada por unanimidade pelos parlamentares.

POLÍTICA

Menos recursos federais para os cursos de Filosofia e Sociologia

POLÍTICA

O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br

Ano XCII Nº 35.700 SÃO LUÍS-MA, SÁBADO, 27 DE ABRIL DE 2019 | CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,00

f @OimparcialMA

t @imparcialonline

i @oimparcial

98 99188.8267

Chuvas destroem as BRs no Maranhão

Polícia Rodoviária Federal fez levantamento dos trechos mais críticos observados nas estradas maranhenses. Dnit diz que medidas estão sendo tomadas

VIDA



DIVULGAÇÃO

Alta Costura em Miniaturas Artísticas

O estilista, carnavalesco e artista visual Betus Silva inaugura a sua nova exposição, intitulada *Bonequinhas de Luxo: Alta Costura em Miniaturas*, na próxima terça-feira (30), às 19h, na Sala Maia Ramos do Palacete Gentil Braga (Rua Grande, 782-Centro), em São Luís/MA.

IMPAR

Telas de Péricles Rocha em exposição

IMPAR



DIVULGAÇÃO



Projeto contando história da Prefeitura de São Luís recebe prêmio nacional

Projeto de contação de história criado na gestão do prefeito Edivaldo, na capital maranhense, será premiado com Troféu Baobá de Literatura, em São Paulo.

IMPAR

TEMPO E TEMPERATURA



BASTIDORES Oligarquia resistente

Na Bahia, a oligarquia Magalhães, fundada pelo cacique Antônio Carlos Magalhães, nacionalmente conhecido como ACM, está conseguindo chegar à segunda década do século 21 fortalecida.



TÁBUA DE MARÉ

SAB 27/04/2019	
00H41	4.6M
06H24	2.0M
12H51	4.5M
19H43	2.0M



PREVIDÊNCIA

Governo admite mais mudanças na reforma

Bolsonaro calcula que o piso da reforma será de até R\$ 800 bilhões e cria *saia justa* para a equipe econômica. O secretário especial do Ministério da Economia minimiza

Tão defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a economia de R\$ 1 trilhão com a reforma da Previdência está garantida mesmo com a retirada das mudanças com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural. Segundo cálculos atualizados pelo governo federal, a proposta tem um potencial de impacto de R\$ 1,236 trilhão em uma década — quase R\$ 70 bilhões a mais do que o previsto anteriormente. Esses dois itens, considerados os mais polêmicos, terão efeito de R\$ 127,2 bilhões nas contas públicas. Ou seja, mesmo que sejam retirados, haverá um efeito fiscal de R\$ 1,1 trilhão. Essa economia não ficou totalmente garantida pelas declarações do presidente Jair Bolsonaro, mesmo antes de esses números segregados terem sido apresentados. Pela manhã, em um café da manhã com jornalistas, ele admitiu que o piso da reforma será de até R\$ 800 bilhões. Isso criou uma *saia justa* para a equipe econômica. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, tentou minimizar as declarações do presidente e reforçou que o objetivo é manter a integralidade da proposta.

“O projeto que apresentamos é o que vamos defender em sua integralidade. Acreditamos que, quanto maior o impacto fiscal, maior o que pode ser feito no conjunto da sociedade”, afirmou. “A frase do presidente indica que o governo vai respeitar o que o Parlamento decidir, mas ressaltou a impor-



PRESIDENTE BOLSONARO SABE QUE HÁ MUITOS PONTOS POLÊMICOS NA PROPOSTA

tância do espírito público dos parlamentares”, justificou.

Os dados apresentados por Marinho e equipe indicam um impacto maior da reforma em 10 anos, passando de R\$ 1,067 trilhão para R\$ 1,236 trilhão. Segundo ele, os números foram atualizados com as projeções do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020, considerando o efeito da reforma a partir do próximo ano. Na conta inicial, era considerado o ano cheio de 2019. Agora, entram os dados a partir de 2020 no horizonte de 10 anos, incluindo 2030. “O impacto é de um ano cheio, há mudanças de parâmetros e o dado é mais representativo”, explicou o secretário de Previdência, Leonardo Rolim.

Essa divergência entre os números

do presidente e da equipe econômica ecoou mal entre especialistas. “Nessa fala, Bolsonaro mostrou que é franco, mas pouco estratégico. É verdade que a proposta vai ser desidratada, mas mesmo que esse número de R\$ 800 bilhões seja o que toparia, ele não poderia antecipar o valor antes de uma negociação com o Congresso começar”, avaliou o especialista em contas públicas Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria. “Em uma negociação, não se abre o ponto de equilíbrio logo de cara, mesmo que haja alguma espaço para queimar. É como em uma negociação de compra e venda do imóvel. O vendedor sabe até quanto pode baixar o preço, mas coloca o preço lá em cima para ter esse espaço estratégico para redução”.

Desidratação da proposta é inevitável



EQUIPE ECONÔMICA INSISTE QUE A APROVAÇÃO DA REFORMA SERÁ ESSENCIAL PARA EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS

As mudanças no BPC e na aposentadoria rural já são descartadas por grande parte dos parlamentares. Um manifesto de apoio à reforma foi assinado por 13 partidos, mas as siglas criticaram possíveis alterações nesses dois itens. Juntos, eles representam mais de 250 votos, sem contar com a oposição.

Analistas consideram que a desidratação da proposta será inevitável no Congresso e possivelmente o impacto final ficará abaixo do piso apontado por Bolsonaro. Pelas contas de Klein, da Tendências, a reforma da Previdência a ser aprovada pelo Congresso deverá gerar uma economia em 10 anos de R\$ 640 bilhões. “Esse dado está próximo da média das projeções do mercado, de R\$ 630 bilhões. A questão é que, se esse dado não piorar, as expectativas já estão precificadas e o fato de aprovar será muito bom dentro dessa margem, mas não é nada que seja muito significativo. Abaixo disso, poderá haver uma reação negativa”, alertou.

De acordo com a economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Srour, a comissão especial vai desidratar o texto, reduzindo o impacto fiscal para

algo em torno de R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões no período. “O aumento para R\$ 1,23 trilhão repercute bem, mas o mais importante é o que vai sobrar. É claro que, partindo de uma economia maior, há mais espaço para negociação, mas a melhor notícia é que parece que o governo está se articulando um pouco melhor”, disse. Ao ver da economista, se o governo federal conseguir uma economia de R\$ 800 bilhões em uma década, a reforma será muito bem-recebida pelo mercado. “Está no topo das expectativas. Se esse for o objetivo dos parlamentares, ótimo. O problema é virar teto”, ressaltou.

Esforço regional

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência prevê também mudança nos sistemas de aposentadorias de estados e de municípios. Nesse sentido, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, defendeu que os legislativos regionais também precisam se envolver com a reforma. Para ele, o desgaste “não é só para o Congresso Nacional”. “Assembleias legislativas e câmaras municipais terão que se envolver de forma pesada no equilíbrio

de seus regimes próprios. Não sei se esse ponto foi bem percebido pelos deputados”, afirmou.

A proposta do governo estabelece que os entes federais terão seis meses para criar alíquotas extras de contribuição para equilibrar as contas públicas. Segundo ele, o impacto das mudanças para estados e municípios é significativo. Cálculos da equipe econômica apontam que a economia total em 10 anos chegará a R\$ 350,6 bilhões apenas com a mudança de legislação nos estados, sendo R\$ 51,6 bilhões com os militares e R\$ 299 bilhões com servidores civis.

No Distrito Federal, o impacto fiscal previsto será de R\$ 21,6 bilhões no mesmo período. São Paulo é o estado que será o maior beneficiado com a reforma, pois economizará R\$ 59,1 bilhões em uma década. Roraima, por sua vez, terá a menor redução: R\$ 1,6 bilhão. “É um problema da sociedade inteira, e todos têm que participar do esforço”, afirmou Rolim. “Não faz sentido ter regras diferentes para servidores públicos da União, estados e municípios. Nunca foi assim”, completou o secretário. Segundo ele, os dados dos militares já estão atualizados.

LISTA TRÍPLICE

Silveira Banhos nomeado para o TSE



SÉRGIO SILVEIRA BANHOS FOI NOMEADO NA TARDE DE ONTEM

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o advogado Sérgio Silveira Banhos para compor o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como juiz titular, na vaga aberta com o fim de mandato do ministro Admar Gonzaga Neto, que poderia tentar a recondução, mas não o fez. O decreto com a nomeação está publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem (26).

Sérgio Silveira Banhos, que já era juiz substituto do TSE, é mestre e doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Sussex (Inglaterra). Também é procurador do Distrito Federal e especialista em Direito Eleitoral.

Banhos era um dos nomes da lista tríplice de indicados pelo Supremo Tribunal Federal a ocupar a vaga de Admar Gonzaga. A lista foi eleita, na última quarta-feira (24/4), pelo Supremo e era encabeçada por Grace Mendonça, ex-advogada-geral da União no governo de Michel Temer.

Ainda integrava a lista o também ministro substituto do TSE Carlos Bastide Horbach. Os nomes foram submetidos ao presidente Bolsonaro, que já havia sinalizado que iria seguir a lista tríplice para escolher o novo titular.

Na quinta-feira, Admar Gonzaga participou de sua última sessão plenária de julgamentos como integrante efetivo do TSE. Ao final da sessão, o magistrado foi homenageado pelo plenário da Corte pelo trabalho que prestou como ministro da Casa desde 2013. Ele tomou posse como ministro titular do TSE na classe dos advogados em 27 de abril de 2017, para cumprir mandato de dois anos. Seu biênio como magistrado titular da Corte termina neste sábado (27).

HONRA AO MÉRITO

Câmara homenageia Fiema pelos 50 anos



DIRETORIA RECEBEU CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO

A Câmara Municipal de São Luís realizou uma sessão solene, na última quinta-feira (25), para homenagear os 50 anos de fundação Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), comemorado 27 de novembro de 2018.

A homenagem foi proposta pelo vereador Pavão Filho (PDT) e aprovada por unanimidade pelos parlamentares.

Os fundadores Carlos Gaspar, Jorge Machado e o atual presidente da Fiema, Edilson Baldez, receberam certificados de honra ao mérito em nome de todos os membros da instituição.

O evento contou com a participação de vereadores, representantes do Sistema S, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marinha, Exército, Associação Comercial, Prefeitura, Governo do Estado, entres outras autoridades.

Segundo o autor do requerimento, a federação foi responsável por grande parte do desenvolvimento de estado.

“A homenagem que a Câmara Municipal entrega a FIEMA serve como incentivo para que os industriais continuem trabalhando e contribuindo para desenvolvimento, geração de emprego, renda e melhoria da sociedade. Esta casa escreve na história a importância que o órgão tem para o Maranhão”, disse.

A primeira Federação das Indústrias do Estado do Maranhão foi fundada em 1954 com objetivo de proteger e defender os interesses da classe industrial, mas foi extinta em 1965 quando o governo militar cassou a carta sindical dela.

EDUCAÇÃO

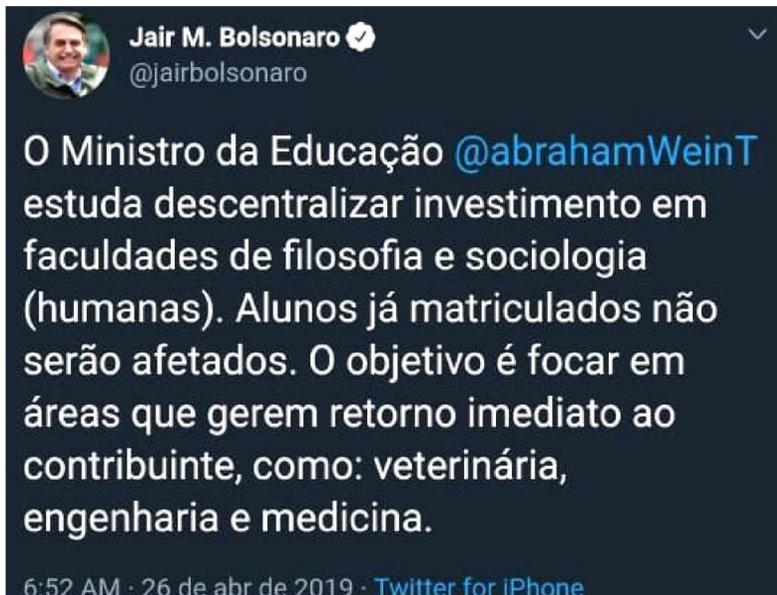
Menos recursos para Filosofia e Sociologia

Presidente Jair Bolsonaro postou em suas redes sociais que o ministro da Educação estuda descentralizar os investimentos em faculdades de Sociologia e Filosofia

PATRÍCIA CUNHA

A “...alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é ficar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. A postagem do presidente da República Jair Bolsonaro gerou insatisfação e contrariedade entre os profissionais da educação. A postagem ocorreu na manhã desta sexta-feira (26) em suas redes sociais, sugerindo que o Ministério da Educação poderá reduzir verbas para cursos de filosofia e sociologia. O assunto já havia sido anunciado na noite de quinta-feira durante sua transmissão ao vivo. Aqui em São Luís, **O Imparcial** conversou com professores e especialistas na área que demonstraram toda a sua indignação a respeito desse indicativo do Ministério da Educação.

“Nem Hitler propôs isso...”. Foi assim que o filósofo Marco Rodrigues, professor de filosofia nas redes pública e privada de ensino, escritor e mestreando em Teoria Literária pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), começou o seu desabafo. “Eu queria realmente ser capaz de adentrar na compreensão da linha de pensamento dessas pessoas. Infelizmente não consigo, uma vez que as dimensões da burrice são tão profundas que quaisquer métodos hermenêutico, analíticos ou exegéticos sucumbem absolutamente. O ódio ao conhecimento é um sintoma grave de acefalia generalizada”, disse o professor. Para o professor de Sociologia da rede pú-



POST BOLSONARO REPERCUTIU ENTRE PROFESSORES E INTELLECTUAIS DO ESTADO

blica estadual e da rede privada, Rafael Carlos, os impactos dessa política de aversão ao conhecimento filosófico e sociológico, com a diminuição do incentivo aos programas de pesquisa destas áreas combinados com a proposta da retirada da obrigatoriedade das duas disciplinas do currículo da educação básica são preocupantes em muitos sentidos.

A professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão e presidente do Fórum de Filosofia do Maranhão, Zilmara de Jesus Viana de Carvalho, diz que esse ti-

po de ação se configura como um retrocesso na educação brasileira. “Significa fazer o Brasil voltar no tempo, mas de um modo impensável, posto que mesmo apesar da retirada da filosofia do currículo do ensino médio pela ditadura militar, os cursos de filosofia foram mantidos, ainda que não encontrando nesse cenário seus melhores dias. Entretanto, o obscurantismo, tiremos o chapéu, parece a cada dia encontrar formas novas de se reinventar, e sob o ardil de sua veemente caça aos ‘comunistas’ deparou-se com o que lhe soa como o seu reduto”, comentou a professora.

Os cursos não dão “retorno imediato”



PARA O PROFESSOR RAFAEL CARLOS, POST É UM INDICATIVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, também defendeu diminuir a verba para cursos de humanas. Ele afirmou que se espelha no Japão, que prefere investir em cursos como veterinária, engenharia e medicina.

Sobre isso, Rafael Carlos acredita ser um indicativo de como serão as políticas públicas voltadas ao campo da educação durante o atual mandato. “O foco em áreas de ‘retorno imediato ao contribuinte’ e a descentralização de investimentos e consequente enfraquecimento das áreas de filosofia e sociologia denotam uma preocupação em promover uma educação tecnocrata que tem como objetivo central a formação de profissionais para o mercado, de forma instrumental, sem promover a formação crítica e cidadã ou estabelecendo tais aspectos como secundários”, disse o professor.

Para o filósofo Marco Rodrigues, combater filosofia e sociologia é lesar o cérebro da nação, destituindo-a de instrumentos fundamentais para

construção do pensamento crítico e reflexivo. “Apenas focar em retorno financeiro imediato, mas na ausência do pensar, coincide com o conceito de banalidade do mal da Hannah Arendt, porém numa dimensão ainda mais dolente pois a incapacidade de pensar não é apenas um projeto em construção dos que pensam em nome do domínio, mas a própria consumação dessa (des)mentalidade que, sem pensar, domina no reino do impensante”, disse.

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho disse que a filosofia e a sociologia não representam um sobrepeço ao orçamento do governo. “Na realidade a elas sempre coube as sobras, o sobejo caído da mesa de áreas mais privilegiadas, embora também carentes, pois educação neste país nunca foi prioridade, pesquisa nunca esteve na pauta do dia. Excluí-las, deixá-las a mercê de quem quiser e/ou puder pagar por elas é declarar abertamente, algo que ‘consciências’ menos desavergonha-

das se punham a pensar em silêncio: ‘qual a vantagem afinal de deixar esse povo pensar?’. Sim, amordaçando a filosofia e a sociologia, amordaça-se o pensar, extirpando-as extirpar-se a incômoda, porém, necessária voz do pensamento crítico, a voz do diferente, do esquecido, do sem voz”, brada a professora.

“...amordaçando a filosofia e a sociologia, amordaça-se o pensar, extirpando-as extirpar-se a incômoda, porém, necessária voz do pensamento crítico...”

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Oligarquia resistente

Na Bahia, a oligarquia Magalhães, fundada pelo cacique Antônio Carlos Magalhães, nacionalmente conhecido como ACM, está conseguindo chegar à segunda década do século 21 fortalecida. O prefeito de Salvador, ACM Neto, ocupa postura de relevância, como foi o avô no regime militar de 1964 e depois da redemocratização – até a morte, em 2007.

ACM era tão poderoso na Bahia e no Brasil quanto José Sarney no Maranhão e na República. A diferença era de estilo: ACM falava grosso ou até gritava para os mandachuvas do Planalto, e era ouvido. Sarney, ao contrário, adota o estilo da urbanidade, solene e litúrgico. E, mesmo com 89 anos, ele perdeu o poder no Maranhão, mas seu nome está na história para nunca ser esquecido.

Os dois eram da mesma geração de políticos matrios, saltadores de obstáculos para se manter sempre em posição de relevância na República. Hoje, ACM Neto toma conta do reduto baiano, tendo sido eleito em 2012 e reeleito em 2016 no primeiro turno. Hoje, o prefeito de Salvador preside o Democratas, partido que tem a presidência da Câmara dos Deputados, com Rodrigo Maia, e a do Senado, com Davi Alcolumbre.

O DEM de ACM Neto, que ontem esteve em São Luís, quer fazer do deputado Neto Evangelista o sucessor de Eivaldo Jr. O partido já conta com o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, e pode ter o ex-prefeito de São José de Ribamar, Luís Fernando Silva, que renunciou o mandato para integrar a equipe de Flávio Dino, quem sabe, também como candidato a prefeito de São Luís.

O DEM, do deputado federal Juscelino Rezende Filho, e do estadual Neto Evangelista, se prepara para lançar candidato a prefeito em pelo menos 150 dos 217 municípios do Maranhão.

No twitter, o governador Flávio Dino disse que, no âmbito estadual, sempre manterá o respeito aos cursos de filosofia e sociologia. “Sem ideias e pensamento crítico nenhuma sociedade se desenvolve de verdade”.

Valor cultural

A Assembleia Legislativa aprovou projeto do Executivo, autorizando a liberação de crédito especial de R\$ 4 milhões, do Fundo de Desenvolvimento da Cultural, para a recuperação do sobradão da antiga RFFSA, na Avenida Beira-Mar. Será transformado num centro turístico e cultural.

“Fico preso cem anos, mas não troco minha dignidade pela minha liberdade”

Luiz Inácio Lula da Silva, na entrevista exclusiva ao jornal El País (Florestan Fernandes Jr) e à Folha de S. Paulo (Mônica Bergamo).

1 O único deputado do PT do Maranhão, Zé Carlos da Caixa, fez eco às críticas que se espalharam ontem pelas mídias, dando conta de que o chefe da Casa Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorezoni teria liberado R\$ 40 milhões a cada deputado para votar a reforma da Previdência na CCJ da Câmara.

2 A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se posicionou mais uma vez contra o contrato de exploração do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) por uma empresa estrangeira. Ela fez o comunicado ao STF, ontem.

3 Em março de 2018, o governo Michel Temer, apoiado por Jair Bolsonaro, a Telebrás, com o aval do Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações (MCTIC), firmou um acordo com a norte-americana Viasat, entregando a capacidade do SGDC à implementação e fornecimentos da empresa norte-americana.

Por ter sido chamado para conversar com o presidente Jair Bolsonaro, sobre a Reforma da Previdência, o presidente do senado, Davi Alcolumbre, cancelou sua presença na convenção estadual do DEM, realizada ontem, no Multicenter Sebrae, em São Luís.

Em São Luís para o lançamento do livro *Revolução Laura*, a ex-deputada e ex-candidata à Presidência Manuela D’Ávila fez um chamado pela união da esquerda, a fim de garantir a sobrevivência da democracia no Brasil.

Ao lado do governador Flávio Dino, Manuel D’Ávila disse ontem em São Luís, que é fundamental as esquerdas deixarem as diferenças de lado para se unir em torno de um objetivo muito maior. Ela veio lançar o livro *Revolução Laura*, de sua autoria.



NOSSA VISÃO

Olhar para o futuro

Três meses depois da tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), ainda há perguntas a responder. Para que as famílias dos 233 mortos e 37 desaparecidos tenham ao menos algum tipo de conforto, é preciso esclarecer de vez os motivos do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Também devem prosseguir as buscas pelos restos mortais das vítimas não identificadas — e, neste sentido, merece ser destacado o trabalho incansável dos oficiais do Corpo de Bombeiros e outros agentes públicos ainda envolvidos em um trabalho árduo e minucioso. Zelar pela memória dos que perderam a vida e cuidar, de forma exemplar, dos que ficaram.

Mas, enquanto as investigações avançam, é necessário que a atividade mineradora seja retomada. Sob padrões rigorosos de segurança, claro; muito mais rigorosos do que os ins-

taurados até agora. Em um país com a economia já combatida por um quadro de profunda e duradoura recessão, que somente nos últimos meses emitiu sinais tênues de recuperação, a mineração tem papel crucial. Responde por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, gerando 200 mil empregos diretos e mais de 2 milhões de postos indiretos, segundo os recentes levantamentos. Sem a mineração, a recuperação brasileira se torna ainda mais difícil, para não dizer impossível.

Para Minas Gerais, o quadro é ainda mais dramático. Estudos da Fiemg indicam um crescimento negativo de 4%, caso não haja uma recuperação do setor extrativo e de seus fornecedores. A cadeia produtiva da mineração pode perder até R\$ 107 bilhões em faturamento num cenário persistente de encolhimento. Sem contar o im-

pacto nos municípios que têm na CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) a sua principal fonte de arrecadação: 11 das 15 cidades que mais recebem a CFEM estão em Minas.

Pelos motivos acima elencados, potencialmente agravados pelas consequências do aumento do desemprego nos municípios afetados, não se pode impor uma punição generalizada, e permanente, a um dos setores que mais contribuem para o desenvolvimento do Brasil. A sociedade exige respostas — e essas devem ser fornecidas pelas autoridades para a devida condenação dos responsáveis. Mas é preciso olhar para frente e dimensionar a importância econômica da plena retomada da atividade da mineração, desde que exercida com segurança e responsabilidade social.

Centenário da OIT

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Passou despercebido em nosso país o centenário da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Poder Executivo, a Câmara dos Deputados e o Senado, até onde sei, não se manifestaram a respeito do 100º ano de vida da histórica instituição fundada em abril de 1919, como agência intergovernamental da Liga das Nações, destinada a promover a justiça social mediante a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Com a extinção da Liga das Nações, foi a primeira agência especializada a filiar-se à Organização das Nações Unidas em 1946. Mantiveram-se em silêncio as centrais sindicais, as confederações e federações e os sindic-

tos patronais e profissionais. Preocupados, talvez, com a sobrevivência ameaçada com o desaparecimento da contribuição sindical obrigatória, convertida em voluntária pela Reforma Trabalhista, dirigentes sindicais patronais e profissionais se esqueceram do 100º aniversário da mais importante agência internacional para os assuntos relacionados ao emprego e ao trabalho.

Recordo-me do histórico programa da Aliança Liberal, lido por Getúlio Vargas no início de 2 de janeiro de 1930, quando disse: “O pouco que possuímos, em matéria de legislação social, não é aplicado, ou só o é em parte mínima, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos”.

O Brasil pertence ao grupo dos fundadores da OIT. Foram 31 os países que, em 1919, quando ainda sangravam as chagas causadas pela primeira grande guerra, se associaram para construir o fórum mundial de composição tripartite, onde governos, empregadores e trabalhadores discutissem problemas comuns em plano de igualdade. Entre eles observo Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, Venezuela, Haiti, Panamá, Portugal, Austrália, Bélgica, China, Suécia, Suíça.

As Convenções 1, 2, 3, 4, 5, 6 foram aprovadas na primeira reunião da Conferência Geral, realizada em Washington entre 29 de outubro de 1919 e 27 de janeiro de 1920. Determinavam, respectivamente, a limitação do trabalho nas empresas industriais a oito horas diárias e 48 semanais; medidas de combate ao desemprego; proteção às trabalhadoras antes e depois do parto; proibição do trabalho noturno da mulher; fixação de idade mínima para admissão de menores em serviços industriais. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939, a OIT, sediada em Genebra, teve prejudicados os trabalhos, os

quais vieram a ser retomados em 1944 na cidade de Filadélfia para a realização da 26ª Reunião. Em junho de 1948, por ocasião da 31ª Reunião, em São Francisco, a OIT aprovou a Convenção 87, que dispõe sobre autonomia de organização sindical e liberdade de filiação.

Segundo a OIT, oito são as Convenções fundamentais, cujo cumprimento independe de ratificação. Além da Convenção 87, são fundamentais a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho das crianças (1999); a Convenção 138 sobre a idade mínima (1973); a Convenção 111 sobre discriminação no emprego e profissão (1958); a Convenção 105 sobre abolição do trabalho forçado (1957); a Convenção 100 sobre igualdade de remuneração (1951); a Convenção 98 sobre o direito de organização e negociação coletiva (1949); a Convenção 29 sobre o trabalho forçado ou obrigatório (1930). O governo brasileiro ratificou, até 2018, 97 convenções, das quais sete consideradas fundamentais. A ausência de ratificação da Convenção 87 coloca o país em má situação perante a OIT, agravada, agora, pela extinção do Ministério do Trabalho.

É inegável a relevância da OIT no cenário mundial. Como organização independente, além de fórum insubstituível para a democrática discussão de assuntos da esfera do trabalho, é o local apropriado para debates e estudos a respeito do futuro do emprego e da classe trabalhadora. Sempre à frente do seu tempo, a OIT foi pioneira na fixação de limites diários e mensais para a jornada de trabalho, ao discutir e disciplinar a situação de menores, de mulheres, de trabalhadores rurais, de marítimos, mineiros e portuários, discutindo questões relacionadas à segurança e à saúde nos locais de trabalho.

A moderna tecnologia proporciona melhores condições de vida a homens, mulheres e crianças, jovens, e idosos. Agiganta, porém, a onda de desemprego. O que fazer? Esse é hoje o mais grave desafio da Organização Internacional do Trabalho.

A DESEDUCAÇÃO NO DESGORVENO

SÉRGIO MELO

Advogado

Jair Bolsonaro foi alçado à cadeira presidencial sem que tenha apresentado propostas concretas para o país. Ainda assim mais de cinquenta e sete milhões de brasileiros entregaram em suas mãos as rédeas do país, de modo que o Presidente elegeu-se com um cheque em branco, carregando sobre seus ombros a esperança de milhões de brasileiros amargurados com a classe política, com PT e seus asseclas e com o quadro social brasileiro em geral — desemprego, desindustrialização e etc.

Nesse sentido, os primeiros cem dias que deveriam ter servido para o governo apresentar — já que não apresentou no momento da campanha — e iniciar a execução de projetos de importância nacional, sobretudo nos setores estratégicos, como saúde, ciência e tecnologia, segurança e educação, só serviu para que governo Bolsonaro deixasse as escancaras o seu despreparo técnico e político.

Esse cenário tem repercutido negativamente na vida dos brasileiros sob diversos aspectos, mas aqui nos atemos a um: a educação.

Inicialmente escolheu-se o colombiano Ricardo Velez Rodrigues para comandar o MEC. Foi um desastre. Logo nas primeiras entrevistas, antes de assumir, de fato, o cargo, o colombiano demonstrou que não estava à altura do Ministério. Chegou dizendo que iria “limpar o entulho Marxista” e deixaria de lado questões “ideológicas”. Contudo, logo de cara ordenou que as escolas obrigassem os alunos a entoar o slogan da campanha de Bolsonaro — “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Medida que além de esdruxula configura crime de responsabilidade.

Além do mais, o ex-ministro defendia veementemente a ditadura, ao qual nominava como regime democrático de força, ademais defendia que somente uma parcela da população deve ter acesso às universidades: a chamada elite intelectual; ainda teve a coragem de afirmar que os brasileiros viajando são uns bárbaros, que roubam coisas. Não bastassem as tolices ditas, o Ministro foi incapaz de dialogar com o Congresso Nacional, tendo sido humilhado pelos deputados que o arguíram. Foi constrangedora a audiência do Ministro, que chegou a ser desmentido publicamente ao citados dados falsos. Nesse contexto constrangedor Velez foi demitido.

No lugar de Velez assumiu o economista Abraham Weintraub e o cartão de visita do novo ministro é deslocar recursos dos cursos de filosofia e sociologia para outros (medicina, engenharia e veterinária), medida celebrada (e tuitada) pelo Presidente Jair Bolsonaro. Segundo Bolsonaro o “objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina”. Não satisfeito ele completou: “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

Notadamente Jair Bolsonaro não planejou nada para a educação brasileira. Esta fazendo tudo a “toque de caixa”. Foi incapaz até mesmo de escolher um “posto Ipiranga” como Paulo Guedes para de escorar. É flagrantemente um desgoverno, no tocante a educação. O MEC está paralisado.

Esse desgoverno tem consequências nocivas à educação, o desprezo à filosofia e a sociologia é um tributo à ignorância e ao obscurantismo intelectual. É uma prática nefasta. É típica de governos tirânicos, tal qual a ditadura militar brasileira, que vê na filosofia e na sociologia um inimigo, pois estas armam o povo com conhecimento e capacidade crítica. É uma prática deseducadora.

Ante o exposto é possível concluir que o Presidente que formar uma geração à sua imagem e semelhança: ignorante.

É fruto da deseducação de um desgoverno.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

End.: Rua Assis Chateaubriand S/N - Renascença II - São Luís-MA - CEP: 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.brRaimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.brPatrícia Freire
Gerente financeira
patriciafreire@oimparcial.com.brCelio Sergio
Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

JORNALISMO

O Imparcial: (98) 3212-2008
Você, Gastrô!: (98) 3212-2047
Aqui-MA: (98) 3212-2015

COMERCIAL

Impresso: (98) 3212-2030/2087
Digital: (98) 3212-2054
Aqui-MA: (98) 3212-2015

OUTROS

Financeiro: (98) 3212-2005
Geral: (98) 3212-2010
Recepção: (98) 3212-2000
Presidência: (98) 3212-2001
Sedoc: (98) 3212-2010

REDES SOCIAIS

Whatsapp: (98) 99188-8267
facebook.com.br/oimparcialma
Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, sábado, 27 de abril de 2019

RODOVIAS

BRs do Maranhão em péssimo estado

Polícia Rodoviária Federal fez levantamento dos trechos mais críticos observados nas estradas maranhenses. Dnit diz que medidas estão sendo tomadas

PATRÍCIA CUNHA

“A estrada está muito ruim. Não tem mais buraco, tem cratera. É muito arriscado ter acidente, pois para desviar dos buracos os carros têm que ir na contramão, fazer malabarismos, principalmente na parte que não é duplicada. No Entrocamento, então, muita cratera. O acesso está um caos”. O desabafo foi da microempresária Cleide Araújo sobre a mais recente viagem que fez para Itapecuru-Mirim.

E ela não é a única a reclamar. As condições em que se encontram as principais rodovias foram observadas por quem precisou viajar no último feriado prolongado e enfrentou bastante dificuldade. Mas para quem precisa viajar diariamente ou semanalmente, a aflição é maior em todos os sentidos. “De acontecer algum acidente quando o carro tenta desviar, de atolar, de o carro quebrar, do pneu furar. São muitas as preocupações, principalmente nesse período chuvoso”, comenta o professor Alan Souza, que mora em São Luís, mas trabalha em Santa Inês e precisa viajar duas vezes por semana. “É pedir a Deus para chegar bem e agradecer muito por não ter acontecido nada”, diz.

A Polícia Rodoviária Federal fez um levantamento dos pontos e trechos mais críticos das estradas maranhenses. Das 11 principais rodovias, apenas quatro não foram citadas pelo órgão. As BRs 010, 135, 222, 226, 230, 316 e 402 são as que apresentam situações



BR-230 É UMAS DAS RODOVIAS QUE CORTAM O ESTADO QUE RECEBEM RECUPERAÇÃO

mais precárias.

Na BR-135 é possível observar buracos em alguns pontos, do aeroporto até o bairro Estiva, especialmente no sentido decrescente (interior para a capital). “O sentido decrescente do Campo de Peris, do Km 43 ao 24, foi totalmente entregue à circulação desde a última semana. O trecho entre Matões do Norte (Km 135) e São Mateus do Maranhão (Km 180) é um dos mais críticos do estado. Entre Peritoró e Paraibano também existem buracos”, diz o levantamento da PRF.

Na BR-402, que dá acesso à região do Baixo Munim e aos Lençóis Maranhenses, os buracos estão principalmente entre Morros e Barreirinhas. Na BR 222, que liga a cidade de Chapadinha (Km 78), no leste maranhense, a Açailândia, próximo ao Pará, a rodovia apresenta trechos com avarias em vários pontos.

Na BR-230 o trecho que exige mais cuidado fica entre São Raimundo das Mangabeiras e Balsas. Na região Tocantina, a BR-010 apresenta alguns

pontos com buracos, sendo que o ponto mais destacado está situado entre Açailândia e Itinga do Maranhão, na divisa com o Pará.

A BR-316 tem, entre os pontos que merecem maior atenção, os trechos situados entre Boa Vista do Gurupi (divisa com o Pará) e Bacabal castigados pelas chuvas intensas e transbordos dos rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré. Nos 150 primeiros quilômetros as cheias dos rios e riachos vêm encobrindo alguns pontos da rodovia e deixando lama e muitos transtornos. “O pior trecho atualmente fica entre Zé Doca e a divisa com o Pará, com problemas crônicos no Km 38 (Junco do Maranhão) e 141 (Nova Olinda)”, diz a PRF.

A BR-226, que recebeu reparos recentemente, tem buracos nos trechos entre Porto Franco e Lajeado Novo. Essa rodovia corta o Maranhão de leste a oeste e é rota de escoamento agrícola e de caminhoneiros que vão para a região Norte do Brasil e para o Sul do estado.

Trechos devem ser recuperados



Procurado pela reportagem, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT-MA) informou as condições de trafegabilidade e as medidas que estão sendo tomadas, bem como os serviços que estão sendo executados em algumas rodovias. Em alguns trechos, segundo o órgão, os serviços estão atrasados por conta da intensidade da chuva.

No trecho da BR-135, entre Miranda e Caxuxa, há um contrato de restauração e os serviços estão previstos para iniciar nos próximos 10 dias, de acordo com o órgão.

Na BR-316, entre Junco do Maranhão e Nova Olinda (onde as chuvas torrenciais na região deterioraram muito a rodovia), o DNIT informa que estuda a possibilidade de decretação de emergência em todo esse segmento, para que possa agilizar os serviços. O tráfego no trecho está fluindo com funcionamento do sistema “Pare” e “Siga”. “Atualmente, as equipes de manutenção da empresa contratada pelo DNIT, responsável por esse trecho da rodovia (BR- 316, Nova Olinda), estão fazendo no local uma operação de manutenção da trafegabilidade, com adição de pedras e material laterítico e recomposição da plataforma

ma. Os serviços definitivos só poderão ser realizados após cessar o período chuvoso, pois este dificulta a execução. No trecho entre Zé Doca e Cocalino (Km 188) existem dois pontos críticos, mas a empresa responsável pela manutenção já deu início aos reparos”, informa. Quanto à BR-222, o DNIT diz que entre Vitória do Mearim e Entrocamento com a BR-316 existem pontos de atenção, próximos ao povoado Acoque – onde estão sendo executados serviços de recuperação, mas a intensidade das chuvas está retardando a conclusão dos serviços. “Já no trecho entre Chapadinha e Vargem Grande, onde existem pontos de atenção devido à ocorrência de buracos, a empresa responsável pela manutenção do trecho está executando serviços de tapa-buracos”, informa o DNIT.

Na BR-230, entre São Raimundo das Mangabeiras e Balsas, estão sendo executados serviços emergenciais e a trafegabilidade está garantida, segundo o DNIT.

Projeto de duplicação da BR-135

No último dia 25 findou o prazo de 60 dias que o Tribunal de Contas da União deu para que o DNIT apresen-

tasse um novo projeto para obra de duplicação do trecho da BR-135 entre os municípios de Bacabeira e Miranda do Norte. O projeto anterior foi suspenso pelo TCU porque estava desatualizado, e, com isso, as obras também foram suspensas.

Auditoria na Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão apontou que 60% do valor da obra, cerca de R\$ 40 milhões, estavam em desacordo com a realidade e os estudos técnicos defasados e insuficientes.

Segundo a equipe do TCU, novos fatores ainda precisam ser considerados, a exemplo do aumento da demanda turística para os Lençóis Maranhenses, por meio da BR- 402/MA-110, que faz entroncamento com a BR-135. A Superintendência Regional do DNIT informou que projeto, revisado, foi entregue ao DNIT/Brasília para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas da União e que este concedeu mais 30 dias de prazo. “O projeto atualiza a contagem de tráfego dos veículos que trafegam na rodovia, gerando um novo dimensionamento do pavimento”, informou o DNIT.

SANEAMENTO

BRK Ambiental lança minidocumentários

Em comemoração aos dois anos de atuação em Paço do Lumiar e São José de Ribamar, completados em 25 de abril, a BRK Ambiental, maior empresa privada de saneamento básico do país, lança uma série de minidocumentários que mostra o poder de transformação do saneamento básico.

A série, que está disponível no endereço brkambiental.com.br/transformacao, conta com sete vídeos que mostram como o acesso ao tratamento de água e esgoto ajuda a reescrever a história de pessoas Brasil afora. Com base em questões relacionadas à saúde, educação, geração de emprego e renda, meio ambiente e esporte, os filmes relatam as histórias de moradores das cidades de Macaé (RJ), Paço do Lumiar (MA), Natividade (TO), Uruguiana (RS), Xinguara (PA), Cachoeiro do Itapemirim (ES) e Blumenau (SC).



Representando o Maranhão na série de vídeos, Francisco Aguiar, morador do Maiobão, é um dos protagonistas da série. Francisco foi impactado pelo saneamento por diferentes ângulos: vivenciou a época em que era preciso sair para buscar água para abastecer a casa, vislumbrou a oportunidade de mudar de vida com um curso de encanador oferecido pela concessionária e hoje trabalha na área de saneamento transformando também a vida de outras pessoas. “Quando faço uma ligação de água na casa de um cliente, me sinto realizado. Sei que ele não vai passar o mesmo sufoco que os avós e os pais dele provavelmente passaram com a falta de água”, diz Francisco. “Atualmente, 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao tratamento de esgoto e 35 milhões não recebem água tratada, o que ocasiona problemas graves de saúde na população, além de prejudicar diversos outros aspectos socioeconômicos. A história de Francisco é o que mais nos estimula a continuar levando saneamento básico para quem não tem acesso a este serviço essencial”, diz José Mário Ribeiro, diretor da BRK Ambiental no Maranhão.

A história de Francisco é o que mais nos estimula a continuar levando saneamento básico para quem não tem acesso a este serviço essencial

Histórias de transformação

Além da história de Francisco, outros vídeos apresentam pessoas que também vivenciaram grandes mudanças após a chegada do saneamento básico, como a Dona Naninha, personagem famosa pelo biscoito Amor Perfeito, um símbolo na cidade de Natividade, no Tocantins, que teve a qualidade da produção dos biscoitos garantida com a chegada do saneamento, garantindo a ampliação de renda da família e das ofertas de empregos; Daniel de Oliveira, ultramaratonista de Blumenau, em Santa Catarina, vencedor do Campeonato de Ultrathriathlon, que atualmente faz seus treinos diários no rio Itajaí-Açu, que teve a qualidade da água recuperada após a chegada da BRK Ambiental à região; Carla Duarte, a professora de Uruguiana, no Rio Grande do Sul, que fala sobre os transtornos causados pelo esgoto à céu aberto e o tempo em que os alunos ficavam afastados da escola por doenças relacionadas à falta de saneamento na região; Ercilene Feller, enfermeira de Xinguara, no Pará, que acompanhou muitas famílias sofrerem com dengue, zika e chikungunya, por não contarem com rede de abastecimento e hoje mais de 18 mil pessoas tiveram suas vidas transformadas com o acesso à água tratada, permitindo salvar muitas vidas; entre outros.

Além das narrativas marcantes, os vídeos também apresentam os avanços locais promovidos pela companhia. Em São José de Ribamar e Paço do Lumiar a BRK Ambiental investirá neste ano mais de R\$ 23 milhões para ampliar a oferta de água. Os recursos fazem parte do programa Água e Vida, que nos últimos três anos elevou o acesso ao abastecimento de 38% para 82% nos dois municípios em que a concessionária atua no Maranhão.

São Luís, sábado, 27 de abril de 2019

JULGAMENTO

Tiago Bardal é expulso da polícia

O ex-superintendente da Seic é acusado de envolvimento em crimes de proteção de quadrilhas e envolvimento com organização criminosa no estado do Maranhão

SAMARTONY MARTINS

O Conselho de Polícia Civil do Maranhão julgou e expulsou o delegado Tiago Bardal dos quadros da Secretaria de Segurança Pública. O julgamento ocorreu na última quinta-feira (25) e a expulsão deve ser publicada no Diário Oficial do Estado. O ex-superintendente da Secretaria de Investigações Criminais (Seic) é acusado de envolvimento em crimes de proteção de quadrilhas a extorsão de comerciantes, incluindo o envolvimento com organização criminosa que praticava o roubo de cargas e contrabando no Maranhão.

O delegado Tiago Bardal, que se encontra preso, acusado de pertencer a uma organização criminosa, foi expulso da Polícia Civil do Maranhão mesmo sem ser condenado pela Justiça. De acordo com as primeiras informações, o delegado vai esperar a publicação da sua expulsão do quadro de delgados da Polícia Civil, no Diário Oficial, para entrar com recurso. O ex-delegado Bardal, que se encontra preso em uma cela especial na Delegacia da Cidade Operária, deve ser transferido para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ocupará outra cela especial por ser advogado.

Relembra o caso

Em fevereiro do ano passado, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) realizou uma megaoperação de combate à corrupção e ao crime organizado e desarticulou uma quadrilha que



TIAGO BARDAL ESTÁ PRESO ACUSADO DE PERTENCER A UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

contrabandeava armas, munições, drogas e itens como bebidas e cigarros no Maranhão.

A ação foi realizada, no bairro Quebra Pote, zona rural de São Luís. A intenção do grupo era desviar de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões em uísque e cigarros. “O recurso seria utilizado para financiar outras atividades criminosas, como a compra de armas, de drogas e a corrupção de policiais”, explicou na época o secretário da SSP, Jefferson Portela. “A ordem permanente é de combate à corrupção e de identificação de autores de crimes no Maranhão.

A ordem do Governo, na pessoa do governador Flávio Dino, é apurar até identificar todos os envolvidos”, completou.

Na operação foram identificados e presos os policiais Luciano Fábio Fari-

as Rangel, major da Polícia Militar do Maranhão (PMMA); Fernando Paiva Moraes Junior, soldado da PMMA, e Joaquim Pereira de Carvalho Filho, 2º sargento da PM. Também foram presos Rogério Sousa Garcia, José Carlos Gonçalves, Éder Carvalho Pereira, Edimilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes. O delegado superintendente de Investigações Criminais da Polícia Civil (Seic), Thiago Bardal, também foi indicado como envolvido com o grupo e foi exonerado do cargo.

A quadrilha realizava descargas em um pequeno porto localizado num sítio no Quebra Pote e tinha ramificações em outros municípios como Miranda, Viana e São Mateus. Essa foi, desde 2015, a segunda grande ação da operação de combate ao crime organizado e corrupção, a qual tem caráter permanente no estado.

SAÚDE

Hipertensão afeta um a cada quatro brasileiros



MINISTÉRIO DA SAÚDE ALERTA PARA ALTO CONSUMO DE SÓDIO

Oitenta e quatro mortes por hora, 829 por dia e mais de 302 mil em todo o ano de 2017. Esses são os números das doenças cardiovasculares como infarto e acidente vascular cerebral no Brasil e que têm como principal fator de risco a hipertensão arterial. De acordo com o Ministério da Saúde, a pressão alta afeta um em cada quatro brasileiros adultos.

No Dia Nacional de Combate à Hipertensão, lembrado ontem, dia 26 de abril, o ministério alerta que o consumo excessivo de sódio, principal componente do sal, aumenta o risco de hipertensão e doenças do coração. Dois terços do consumo de sal pela população brasileira vêm do sal adicionado direto no prato. Os números mostram que o brasileiro consome mais que o dobro – quase 12 gramas (g) – da quantidade recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Dados do ministério revelam ainda que, embora 90% dos homens e 70% das mulheres consumam mais sal do que o máximo recomendado, 85,1% dos brasileiros adultos consideram seu consumo de sal adequado.

Prevenção e diagnóstico

Para o combate à hipertensão, o ministério recomenda a adoção de um estilo de vida saudável desde a infância até a terceira idade e a realização dos exames de saúde rotineiros pelo menos uma vez no ano. A prática de exercícios físicos é outro hábito recomendado.

Tratamento

Atualmente, o SUS fornece medicamentos para hipertensão em unidades básicas de saúde e em cerca de 31 mil unidades farmacêuticas credenciadas ao programa Farmácia Popular. Para retirar os remédios, é preciso apresentar um documento de identidade com foto, CPF e receita médica dentro do prazo de validade (120 dias). A receita pode ser emitida por um profissional da rede pública ou de hospitais e clínicas privadas.

DE NOVO

Intenção de consumo das famílias cai



Pelo segundo mês consecutivo, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou queda. Este mês, o índice medido pela Confederação Nacional do Comércio caiu 1,9%. Em março, ele já havia recuado em 0,4%.

O estudo divulgado apontou variação negativa em todos os subíndices do indicador. A última vez que isso aconteceu foi após a greve dos caminhoneiros, em julho do ano passado.

O desemprego, a taxa de juros e a recuperação lenta da economia mostram, para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, que as famílias brasileiras estão, no momento, com maior cautela para consumir. “O país passa por uma fase de mudanças e ajustes. A aprovação da reforma da

Previdência, nos próximos meses, pode trazer um alento para a economia brasileira”, acredita Tadros.

A Região Sudeste registrou a maior queda de intenção de consumo, 3,2%. Enquanto, o Nordeste teve o menor índice, 1,7%.

A pesquisa da CNC considera como zona de satisfação resultados acima dos 100 pontos. Em abril, o índice nacional foi de 96,2 pontos. Desde abril de 2015, quando marcou 102,9 pontos, o IFC não ultrapassa essa marca.

A intenção de consumo das famílias do Sul (102,7 pontos) e do Norte (100,3) estão na zona de satisfação. Enquanto Sudeste e Centro-Oeste estão no mesmo padrão de insatisfação (94,7 pontos), seguido pelo Nordeste (96,2 pontos).

AFAZERES DOMÉSTICOS

Mulheres mais tempo em casa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente a outras formas de trabalho, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que a quantidade de horas dedicadas pelos brasileiros para a realização de afazeres domésticos e cuidados com pessoas é maior entre as mulheres do que entre os homens. A captação das horas é feita junto, porque essas tarefas ocorrem simultaneamente. “Às vezes, a mulher está cozinhando e olhando o filho. Ou o homem está fazendo alguma coisa e estudando com o filho”, explicou a economista Maria Lúcia Vieira, gerente da PNAD.

A sondagem do IBGE revela que as mulheres dedicam 21,3 horas semanais a essas duas atividades; entre os homens elas caem para 10,9 horas semanais. “Então, nas mulheres, é o dobro”, afirmou Maria Lúcia, à Agência Brasil.

A PNADC abrange afazeres domésticos, cuidados com pessoas, trabalho voluntário e produção para o próprio consumo, categorias definidas como outras formas de trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) durante conferência internacional, em 2013.

Estados

O estado do Amapá e o Distrito Federal são as unidades da Federação que apresentam as menores diferenças entre mulheres e homens que realizam afazeres domésticos no país: 6 pontos percentuais e 6,6 pontos percentuais, respectivamente.

O Distrito Federal supera a média nacional de 85,6% de pessoas que realizam afazeres domésticos no próprio domicílio ou em casa de parentes, alcançando taxa de 91,9%. O DF é o maior também no índice de homens que cumprem afazeres domésticos, 88,3%, contra média Brasil de 78,2%, mas perde para o Mato Grosso do Sul na taxa de mulheres que se dedicam a esse tipo de tarefas. Enquanto nesse estado, o índice apurado em 2018 foi 95,4%, o DF ocupou o segundo lugar, com 94,9%. A média Brasil para o sexo feminino ficou

em 92,2%. Maria Lúcia Vieira disse que o maior percentual registrado no Distrito Federal está relacionado com o grau de escolaridade, idade e renda. A média Brasil foi 82,2% para pessoas sem instrução, 84,6% para pessoas com ensino fundamental completo, 88% para ensino médio completo e 90% para curso superior completo.

Faixa etária

A população que mais realiza afazeres domésticos está na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, considerada bem inserida no mercado de trabalho. Em 2018, essa faixa etária apresentou taxa de 89,4% no país. O número foi bem elevado também para pessoas com 50 anos ou mais (86,2%), caindo para o grupo de 14 a 24 anos de idade (76,4%).

Maria Lúcia disse que o tipo de atividade realizada e a quantidade de horas dedicadas ainda é diferente entre os sexos. “O papel desempenhado e a quantidade de horas que a mulher e o homem dedicam a essa atividade de afazeres ainda são bastante diferenciados. A gente vê que atividades talvez mais trabalhosas, que são o fazer faxina, lavar ou cozinhar, ainda estão muito sob a responsabilidade da mulher, assim como cuidar da criança e das necessidades básicas dela de comer, de tomar banho ou estudar. Esse papel ainda cabe muito à mulher”. Os homens preferem atividades mais periféricas, segundo a economista do IBGE. Entretanto, ela mostrou otimismo. “Eu vejo melhora. Mas ainda há uma diferença de papel”.



BRASILEIRO

Confiante, Sampaio viaja para Aracaju

Time que vai começar jogando contra o Confiança, amanhã (28) à tarde, tem mudanças em todos os setores. Esquema tem meio-campo reforçado e apenas Salatiel na frente

A delegação do Sampaio Corrêa deixou São Luís ontem (26) com destino a Aracaju-SE, onde o time estreia amanhã (domingo) na Série C do Campeonato Brasileiro, contra o Confiança, às 16h, no Estádio Batistão.

Apesar dos treinamentos fechados para a imprensa nos dois últimos dias, a formação que começará jogando, será a mesma que vinha treinando Andrey; Diogo Rangel, Moisés, Bafana e Patrick Calmon; Diones, Dedé, Eloir, Neto e Cleitinho; Salatiel Júnior. Dificilmente haverá mudanças.

Pelo desenho tático observado, onde o meio de campo aparece com um volante de contenção e mais quatro jogadores que saem para o jogo, fica configurado o 4-4-1, esquema defensivo mais adotado pelo treinador boliviano desde sua chegada a São Luís.

Como vai enfrentar o mesmo adversário na próxima quarta-feira, pela Pré-Copa do Nordeste, ainda em Aracaju, a delegação só deverá retornar a São Luís na próxima semana. No sábado (4) o Sampaio estará recebendo o Botafogo-PB no Estádio Castelão.

Antes da viagem, o clima era de muito otimismo. O meia Eloir, remanescente da equipe de 2018, mostrava-se um dos mais animados. "O Sampaio montou um grupo que pode plenamente fazer boa campanha neste Brasileiro. Acreditamos muito na possibilidade de atingirmos nosso objetivo maior, que é voltar à Série B", comentou.



ELIAS AUÉ/SAMPAIO

JULINHO CAMARGO COMANDOU TREINO APRONTO E DEFINIU O TIME TRICOLOR

João Paulo

O Sampaio Corrêa deverá anunciar oficialmente, nas próximas horas, a volta do meia João Paulo, que esteve no clube no ano passado. O jogador deverá ser integrado ao grupo que se encontra na capital sergipana, devendo ganhar condição de jogo para a partida de quarta-feira.

Imperatriz estreia hoje

O primeiro representante do Maranhão a fazer sua estreia na Série C do Brasileiro será o Imperatriz, às 19h deste sábado, contra o Globo-RN, no Estádio Frei Epifânio. O Cavalão de Aço mantém a formação que conquistou o Estadual. O meia Adauto entra no lugar de Marcos Paulo.

MAC tem novo atacante

O Maranhão Atlético anunciou on-

tem à tarde mais um reforço para o setor de ataque. Isaías, destaque do Nacional de Patos-PB, tem 26 anos, 1,67m, natural de Sapé-PB. Ele jogou também no ASA-AL e São Paulo Crystal-PB.

Antes, o clube tentou negociar com dois jogadores de ataque que acabaram não acertando e vão jogar por outras equipes neste Brasileiro. O MAC tenta também um substituto para Anderson Alagoano, zagueiro que decidiu vestir a camisa do River, cujo gerente de futebol é o maranhense Daniel Menezes e o técnico Marcinho Guereiro. Nas próximas horas a situação pode ser resolvida. O time marqueteiro só vai estreiar na semana que vem, na Série D.

BRASILEIRÃO

Flamengo recebe o Cruzeiro no Maracanã



DESGASTADO COM A DERROTA PARA A LDU, NA LIBERTADORES, FLAMENGO BUSCA REABILITAÇÃO, HOJE, EM JOGO DO BRASILEIRO

A derrota para a LDU no Equador fez com que o Flamengo colocasse em risco a classificação às oitavas da Libertadores e aumentasse a pressão por um bom resultado na estreia no Campeonato Brasileiro, neste sábado (27), às 21h, no Maracanã. Porém, pela frente, justamente um adversário que tem sido uma "pedra no sapato" do clube rubro-negro nos últimos anos: o Cruzeiro.

Em campo, a rivalidade entre os clubes se acirrou nas temporadas recentes. Em 2017, a equipe mineira bateu o Flamengo na final da Copa do Brasil, em decisão que ficou marcada pelo fato de o goleiro Alex Muralha ter escolhido o mesmo lado em todas as cobranças na disputa de pênaltis. Já no ano passado, o Cruzeiro eliminou o time rubro-negro nas oitavas de final da Libertadores.

No início deste ano, a disputa saiu das quatro linhas e foi para os bastidores, quando o Flamengo foi buscar Arrascaeta, um dos grandes nomes do

elenco celeste. A "novela" teve negativa à oferta rubro-negra, acusação a empresário, ausência do jogador em treinos e troca de farpas entre dirigentes, mas, desta vez, final feliz para os cariocas, que conseguiram acertar com o uruguaio na transação que se tornou a maior da história do Flamengo, em R\$ 64 milhões.

Há pouco mais de um mês, o vice-presidente de futebol do Cruzeiro, Itair Machado, voltou a cutucar o Flamengo sobre a negociação, afirmando que os valores pagos pelo clube rubro-negro foram muito bons diante do apresentado por Arrascaeta.

"Considero (um chapéu), até porque em termos de produtividade ao longo da competição, eu sabia que o Marquinhos Gabriel poderia ter esses números. O Arrascaeta é muito bom jogador, faz gols em partidas decisivas, mas sua produtividade anual, em alguns jogos, ele dá uma sumida no jogo. Por isso eu achei o valor pago até muito bom", disse Itair.

Voltando a campo, quando o assunto são as duas últimas edições do Campeonato Brasileiro, porém, melhor para o Flamengo, que tem três vitórias -duas no ano passado- contra apenas uma do adversário celeste.

Agora, os times se reencontram na estreia no Brasileiro e, novamente, em meio a uma disputa da Libertadores.

FLAMENGO

César; Pará, Léo Duarte, Rodrigo Caio e Renê; Cuéllar, William Arão e Arrascaeta; Everton Ribeiro, Bruno Henrique e Gabriel Barbosa. Técnico: Abel Braga

CRUZEIRO

Fábio; Edilson, Dedé, Léo e Dodô; Henrique, Lucas Romero, Rafinha, Rodriguinho e Marquinhos Gabriel; Fred. Técnico: Mano Menezes

Estádio: Maracanã, no Rio

Horário: 21h deste sábado
Juiz: Anderson Daronco (RS)



AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: Tomada de Preço. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de Empresa para Construção de Quadras Esportivas Escolares Cobertas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. BASE LEGAL: pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Habilitação: às 09h do dia 15 de Maio de 2019. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município. Os interessados na aquisição dos mesmos deverão recolher o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mediante a retirada do DAM, na Rua Isaac Martins, nº 371, Centro, Barra do Corda - MA. 24 de Abril de 2019. Sara Ferreira Costa Presidente da CPL.



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através de seu Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: Pregão Presencial. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Contratação de Empresa para Construção de Materiais Elétricos para Manutenção da Iluminação Pública, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Habilitação: às 15h do dia 14 de Maio de 2019. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município. Os interessados na aquisição dos mesmos deverão recolher o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mediante a retirada do DAM, na Rua Isaac Martins, nº 371, Centro, Barra do Corda - MA. 25 de Abril de 2019. Sara Ferreira Costa Pregoeira.



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através de seu Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: Pregão Presencial. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de Água Mineral, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Habilitação: às 15h do dia 15 de Maio de 2019. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município. Os interessados na aquisição dos mesmos deverão recolher o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mediante a retirada do DAM, na Rua Isaac Martins, nº 371, Centro, Barra do Corda - MA. 25 de Abril de 2019. Sara Ferreira Costa Pregoeira.



AVISO DE LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DA TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: Tomada de Preço. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Sistema de Registro de Preço para Contratação de Empresa para serviços de pavimentação e manutenção (conservação) em vias Urbanas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. BASE LEGAL: pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Habilitação: às 09h do dia 16 de Maio de 2019. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município. Os interessados na aquisição dos mesmos deverão recolher o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mediante a retirada do DAM, na Rua Isaac Martins, nº 371, Centro, Barra do Corda - MA. 25 de Abril de 2019. Sara Ferreira Costa Presidente da CPL.



AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019

A Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público para conhecimento de todos que estará realizando Licitação na MODALIDADE: Tomada de Preço. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de Empresa para serviços de pavimentação e manutenção (conservação) em vias Urbanas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. BASE LEGAL: pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Habilitação: às 09h do dia 16 de Maio de 2019. O Edital estará à disposição para consulta gratuita no setor de licitação, das 08h às 12h e no site do Município. Os interessados na aquisição dos mesmos deverão recolher o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mediante a retirada do DAM, na Rua Isaac Martins, nº 371, Centro, Barra do Corda - MA. 25 de Abril de 2019. Sara Ferreira Costa Presidente da CPL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PRH Nº 13/2019

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão vem a público convocar TAYANNA SANTOS DE JESUS SBRANA para que compareça ao Departamento de Pessoal, na Avenida dos Portugueses, nº 1966, Ed. Castelo Branco, Cidade Universitária Dom Delgado, São Luís - MA, no horário de expediente, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contado da publicação deste Edital, para tratar de assunto relacionado a processo em tramitação.

São Luís (MA), 15 de Abril de 2019.
Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges
Pró-Reitora de Recursos Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PRH Nº 14/2019

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão vem a público convocar TIAGO CAMINHA DE LIMA para que compareça ao Departamento de Pessoal, na Avenida dos Portugueses, nº 1966, Ed. Castelo Branco, Cidade Universitária Dom Delgado, São Luís - MA, no horário de expediente, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contado da publicação deste Edital, para tratar de assunto relacionado a processo em tramitação.

São Luís (MA), 25 de Abril de 2019.
Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges
Pró-Reitora de Recursos Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E FINANÇAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 04/2019 - UFMA. Objeto: Eventual aquisição de placas e mapa tátil em Braille para atender às necessidades da Prefeitura de Campus desta Universidade Federal do Maranhão.

Dia: 08/05/2019 Horário: 10:00h
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Valor estimado: R\$ 597.319,95

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Podendo, alternativamente, ser consultado no endereço eletrônico <http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proa/>.

São Luís, 24 de abril de 2019
VITOR DAVI BARROS DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Felicitações a aniversariante deste sábado, Yndara Vasques. Uma jornalista especializada no Jornalismo Comunitário. Hoje, a profissional ministra oficina de Comunicação Comunitária junto com a equipe da ActionAid e com a fotografa especializada no universo feminino, Bruna Valença, no quilombo Monte Alegre, no Maranhão. A atividade integra uma etapa da campanha internacional de valorização das quebradeiras de coco babaçu, por meio do MIQCB, e percorrerá quatro países. O projeto é apoiado pela União Europeia.



Festa hoje também para o enfermeiro Marcony Vilharins que vai receber amigos e familiares para a comemorar nova idade. Marcony, concursado do HUUPD/UFMA (Hospital Universitário), tem um trabalho relevante pela saúde maranhense. Participou ativamente no aumento e expansão das equipes do Saúde da Família e construção e reforma das Unidades Básicas de Saúde.



A convite do Sebrae, as empresárias Heliana Alencar e Larissa Grattão Alencar, da Hellas SemiJoias, estão marcando presença na 47ª edição do São Paulo Fashion Week (SPFW). O evento, acontece desde o dia 22, no espaço "Arca" na Vila Leopoldina, e encerra neste sábado; é considerado a quinta maior semana de moda do mundo, atrás apenas de Paris, Nova York, Milão e Londres.



Saúde e bem-estar que cabem no seu bolso.

Os melhores benefícios para você.

Sem restrição de idade.
Mesmo preço para todos.

APENAS
R\$ **10,99**
MENSAL

O SINCS é um cartão assistencial para toda a sua família. Nossa rede credenciada conta com atendimento de ponta e tecnologia de última geração, além de benefícios que também farão bem para a saúde do seu bolso.

Rede Conveniada de Clínicas:

Anjo da Guarda;
Monte Castelo;
Cohatrac; Calhau.

Dignus
Saúde

Rede Conveniada de Laboratórios:

Laboratório
LACMAR

Em breve: odontologia, medicina estética e descontos em medicamentos, cursos e academias.



Não é plano de saúde.

SINCS
Cartão Assistencial

(98) 4009.3888

@sincsassistencial

www.sincsassistencial.com.br

Av. Ana Jansen, nº12, Ed. Mendes Frota - São Francisco

O produtor Mário Junior comanda, a partir das 22h de hoje, no Savassi Grill, uma super edição do Samba do Pinto, tendo como atração especial o cantor Marcinho, diretamente do Colosso, de Fortaleza.

Na batucada de bambas também ganharão destaques o pagode retrô do Sambaceuma e o Vamu di Samba. Ingressos na bilheteria Digital.

No Azeite e Sal, na Península da Ponta Dareaia, a partir das 18h30 de hoje, tem o projeto "Sábado 80 por hora", com cabine de som comandada por Walter Jr. e The Paul. Imperdível.

O coach e palestrante motivacional, Diego Alves, da Gakkai Consultoria, estará nesse sábado no Edifício Vinícius de Moraes, realizando o workshop "Da atitude ao resultado".

A Faculdade UNINASSAU São Luís, através da coordenação de Pós-Graduação, realizará, no sábado, 27, o I Workshop Saúde e Bem-Estar, das 9h às 12h, no auditório da unidade.

ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS
TERMO REGISTRO DE PAÇO DO LUMBAR
TABELA E REGISTRO ANA CAROLINA BRASIL CAMPOS MACIEL
2º OFÍCIO SEVENTA EXTRAORDINÁRIO
EDITAL DE PROCLAMAÇÃO Nº
LIVRO Nº 8 FOLHA 12 TERMO 1932
FAÇO SABER QUE PRETENDEM CASAR-SE E APRESENTARAM OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO ARTIGO 1.525 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, O SR. JEAN LUCAS DOS SANTOS SREDO E SIBELI NATIVIA DO PAÇO DO LUMBAR, NATURAL DO MARANHÃO, BRASILEIRO, NATURAL DE PAÇO DO LUMBAR - MA, NASCIDO EM 16 DE ABRIL DE 2001, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BARRIBEIRO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM PAÇO DO LUMBAR - MA, FILHO DE JEAN CARLOS SREDO SREDO, E DE REGIANE DOS SANTOS SREDO, ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, NATURAL DE MINERALZ - MA, NASCIDA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2000, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUTÔNOMA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM PAÇO DO LUMBAR - MA, FILHA DE RENATO CARTRINI NASCIMENTO ARRANCO E DE MARLUCE NUNES NETO, SE ADQUIRE SOBRE O ATO DE MATRIMÔNIO, OPÇÃO DE SUA FORMA DE LEI, LIVRO O PRESENTE PARA SER ARQUIVADO EM CARTÓRIO, NO LUGAR DE COSTUME, SELO DE FISCALIZAÇÃO Nº 000000.
Paço do Lumbar - MA, 26 de Abril de 2019.
Rosa Maria Padilha da Silva Souza
Escritora

São Luís, sábado, 27 de abril de 2019

PROJETO CONTADORAS

Uma história premiada no país

Projeto de contação de história criado na gestão do prefeito Edivaldo, na capital maranhense, será premiado com Troféu Baobá de Literatura, em São Paulo

O projeto Contadoras de Histórias, da Prefeitura de São Luís, ganhador da 3ª edição do Troféu Baobá de Literatura, recebe hoje, sábado (27), o troféu em São Paulo. A premiação, instituída pelos Coletivos de Contadores de Histórias Grupo Paulista Línguas Encantadas e Encantantes e Grupo Paulista Contadores do Reino, reconhece iniciativas e personalidades que fortalecem as artes literárias e narrativas, contribuindo para a valorização do livro e o gosto pela tradição oral. O projeto é uma iniciativa colocada em prática na gestão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior.

Para receber o prêmio e também fazer a abertura do evento, as contadoras de história Sinara Coelho Lima Rodrigues e Rosângela Teixeira Souza, da Secretaria Municipal de Educação (Semed), embarcaram para São Paulo levando na bagagem livros de literatura infantil, indumentárias típicas da cultura maranhense e muitas histórias. A delegação de São Luís foi convidada para abrir a solenidade de entrega do prêmio, que acontece no Teatro Leopoldo Fróes, do Centro Cultural Santo Amaro.

As professoras terão 30 minutos para contar as lendas da cidade de São Luís e mostrarão ainda um vídeo institucional e slides sobre o Projeto Carro Biblioteca, onde atuam como contadoras de histórias. Elas escolheram a lenda da serpente para mostrar os encantos e belezas de São Luís aos participantes do evento. Elas contarão ainda uma lenda Tenetehara, dos índios Guajajaras do Maranhão, que destaca um produto bem típico da cultura local, a farinha d'água.

Antes da cerimônia de entrega do



A EQUIPE DE CONTADORAS DE HISTÓRIAS DA SEMED VAI RECEBER PREMIAÇÃO PAULISTA

troféu Baobá, haverá uma programação com contadores de várias cidades do Brasil que contarão histórias em praças e parques da zona sul de São Paulo.

Sinara Coelho e Rosângela Teixeira, além de professoras da rede e especialistas em literatura infanto-juvenil, integram a Coordenação do Livro Infantil da Semed, criada na gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior, com o objetivo de estimular a literatura nas escolas de Educação Infantil da rede pública municipal.

O titular da Semed, Moacir Feitosa, destaca o trabalho das contadoras de histórias não só nas escolas da rede municipal, mas em eventos públicos, como a Feira do Livro de São Luís, e em hospitais e bibliotecas da capital maranhense. "É um trabalho de estímulo à criatividade e imaginação e de fortalecimento da leitura e escrita na

vida de crianças e adolescentes. Estamos muito felizes com este reconhecimento", assinala Moacir Feitosa.

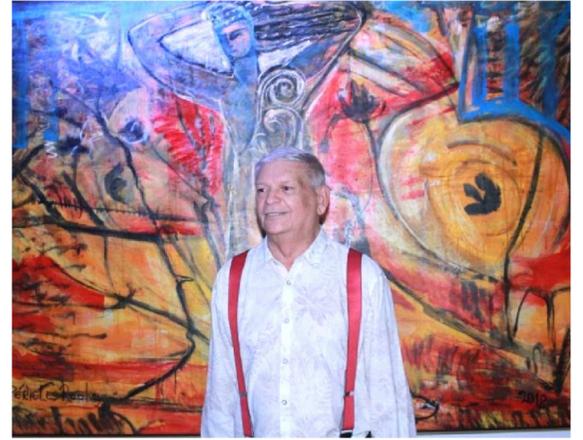
A equipe

A equipe de contadoras de histórias da Semed é composta ainda por Luciane Silva de Souza Cunha e Raíssa Diniz Borralho Serejo. Esta última faz o diferencial desta equipe, pois é uma contadora surda, que faz a contação em Libras.

No setor são desenvolvidos vários programas como Carro Biblioteca, com acervo de quase dois mil livros que atende as 98 escolas da Educação Infantil; Resgate e Valorização do Autor Maranhense; e a contação de histórias vinculada à utilização da Biblioteca Móvel, além de Formação de Professoras da Educação Infantil em Literatura Infantil: Teorias e Práticas para Contadores de História.

CASA DO MARANHÃO

Telas de Péricles Rocha em exposição



AS 25 TELAS APRESENTAM SANTOS, ANJOS E ARCANJOS

Os traços e cores marcantes do artista plástico maranhense Péricles Rocha estão em exposição, até o final de junho, na Casa do Maranhão, localizada na Rua Trapiche, no Centro Histórico de São Luís.

As 25 telas, pintadas em grande escala, apresentam santos, anjos e arcanjos, além de outros elementos como a vegetação do sertão, a rotina da roça e a cultura local que sempre permeia sua vasta obra.

O trabalho foi realizado durante nove meses em seus ateliês nas cidades de São Luís, Alcântara e Benedito Leite, esta última considerada por ele como seu berço artístico. Com obras em dimensões que chegam a 1,60m x 2,10m, o artista relata que a mostra é a realização de um sonho, pois sempre desejou fazer a exposição com grandes telas. "Eu sempre tive vontade de fazer trabalhos em grande escala. Desta vez consegui utilizar lona de caminhão, então são telas enormes, que dão ao artista a oportunidade de criar mais espaço", destacou Péricles Rocha.

Desta vez consegui utilizar lona de caminhão, então são telas enormes, que dão ao artista a oportunidade de criar mais espaço

SEGUNDA-FEIRA

Dia Internacional da Dança em São Luís



AS APRESENTAÇÕES SERÃO NO TEATRO ALCIONE NAZARÉ

Na próxima segunda-feira, dia 29 de abril, será dedicado a celebrar e valorizar a arte de dançar. Convencionado desde 1982 como o Dia Internacional da Dança, na data o Sesc e o Teatro Alcione de Nazaré prepararam uma criativa programação para propor uma reflexão o fazer artístico, valorizando a sua diversidade, realçando as suas especificidades e reafirmando o entrelaçamento de suas linguagens. Totalmente gratuito, o evento acontecerá das 16h às 21h, no Teatro Alcione de Nazaré.

Promovendo o diálogo e reflexão sobre a dança, a professora e dançarina de ballet clássico Ana Cristina Dourado (MA), o bailarino Erivelto Viana (MA), a pesquisadora de danças populares no Maranhão Luana Reis (MA) e o coreógrafo Abellardo Telles debatem na roda de conversa o tema "Dança: Contexto, Avanços e Perspectivas no Maranhão", no horário das 16h às 18h30.

Em seguida, o público poderá conferir o circuito de apresentações coreográficas dos grupos Ballet Olinda Saul, Ballet Tavares, Cia Street Master, Coletivo em Dança, Cursos de dança do Sesc (dança de salão, dança urbana, performance e contemporânea), Escola de Dança Adágio, Grupo Abanja, Grupo Crush, Grupo Fuá, Laborarte, Núcleo Arte Educação (NAE) do Teatro Arthur Azevedo, Núcleo de Arte da Ilha (NAI), Pulsar Cia de Dança, Solange Costa e Trois Dance até às 21 horas.

Serviço

O quê? Programação em homenagem ao Dia Internacional da Dança

Quando? Nesta segunda-feira, 29 de abril

Hora: 16h às 21h

Local: Teatro Alcione de Nazaré

Entrada gratuita!

EXPOSIÇÃO

Alta Costura em Miniaturas Artísticas

O estilista, carnavalesco e artista visual Betus Silva inaugura a sua nova exposição, intitulada 'Bonequinhas de Luxo: Alta Costura em Miniaturas', na próxima terça-feira (30), às 19h, na Sala Maia Ramos do Palacete Gentil Braga (Rua Grande, 782-Centro), em São Luís/MA. Aberta ao público, a mostra é uma realização da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Empreendimento (Proexce). Todas as miniaturas expostas estarão à venda.

As bonecas são miniaturas artísticas vestidas com luxo, elegância e exclusividade. "O diferencial desta nova exposição é a venda das bonecas em um bazar com peças e adereços confeccionados pelo estilista e outras peças gentilmente cedidas por amigos e artistas locais", afirma Betus Silva. Com apoio da Fundação Sôsândrade, Universidade FM e Ascom/UFMA, a mostra ficará aberta a visitação de 01 a 17 de maio/19, das 8h às 12h e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira.

"Agradecemos ao apoio também do Sítio Produções, Mix Eventos Cerimonial, Barbearia Atenas, Osvaldo Rodrigues, DJ Marcone, Léo Lima, Alexandra Nicolas, Chega Aí, Madalena Nobre, Algo Mais, Reginaldo Folhagens, Marcos Sales Fotografia, Cerlene Chaves, Carlos Garcia, Grita Cuxá, por Glauber Pinto, Mosaico das Artes, São Luís Shopping, Francinete Só Linhas, Casa Folia, Izaque Silva e a toda equipe da UFMA", disse Betus Silva. Para agendar visitas guiadas para escolas e grupos ligue para 98 3272 9361 e 9382 ou acesse www.cultura.ufma.br.

Quem é Betus Silva?

Com nome artístico de Betus Silva, o maranhense Alberto Silva nasceu na



EXPOSIÇÃO 'BONEQUINHAS DE LUXO' SERÃO ABERTAS NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA, DIA 30

cidade de São Luís em 18 de janeiro de 1963. Costureiro, estilista e aderecista, conhecido no mercado da alta costura regional como 'estilista das estrelas', Betus Silva tem uma vasta vivência no mundo da moda, figurinos teatrais e carnavalescos. Na década de 80 mostrou-se irreverente e criativo em seu primeiro desfile de moda. Desde então vem realizando o sonho de suas clientes, confeccionando trajes personalizados com bordados, caprichos e bom gosto.

O seu talento, carisma e criatividade despertaram a atenção de noivas,

miss, empresárias, colonistas, jornalistas, artistas e socialites. Seus modelos exclusivos o levaram a ganhar o reconhecimento no mercado fashion, notoriedade e prêmios no mundo da moda.

Foi eleito 'Estilista do ano de 2018', em evento realizado pela empresária e colonista Fofa Fest.

O artista visual realizou exposições no Sesc Deodoro, Galeria Trapiche, Centro de Criatividade Odylo Costa, filho, e no antigo Hotel Panorama. Vale a pena conferir o luxo das miniaturas em alta costura.



GERA MARANHÃO - GERADORA DE ENERGIA DO MARANHÃO S.A.
CNPJ: 09.110.880/0001-23
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. Miranda do Norte - MA

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial e financeira de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Em 13 de fevereiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentados. Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 25, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a transferência das ações da GNP S.A. descrita nas referidas notas explicativas. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliarmos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 10 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Manoel Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220028/O-3

Thiago de Almeida
Contador CRC 1SP251130/O-2

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	28.099	24.186
Ativos de contratos	11	29.432	-
Contas a receber de clientes	12	1.375	80.848
Estoques	13	47.257	38.827
Impostos a recuperar		2.200	512
Outras contas a receber	14	6.671	9.353
Despesas antecipadas		4.596	2.140
Total do circulante		119.630	155.866
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	15	38.587	43.551
Imobilizado	16	525.454	525.217
Intangível		448	422
Diferido	17	619	1.202
Total do não circulante		565.108	570.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	18	8.032	47.289
Empréstimos e financiamentos	19	5.840	5.763
Debêntures	20	43.373	40.903
Obrigações trabalhistas		1.456	1.439
Obrigações tributárias	21	2.295	2.077
Imposto de renda e contribuição social	22	9.108	1.043
Pesquisa e desenvolvimento	23	6.982	13.354
Dividendos a pagar	25	18.736	23.347
Outras contas a pagar		190	74
Total do circulante		96.012	135.289
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	52.811	63.683
Debêntures	20	191.884	216.181
Total do não circulante		244.695	279.864
Total do passivo		340.707	415.153
Patrimônio líquido	25		
Capital social		139.039	139.039
Reservas de lucros		197.523	165.756
Dividendo adicional proposto		7.469	6.310
Total do patrimônio líquido		344.031	311.105
Total do passivo e do patrimônio líquido		684.738	726.258

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	26	506.215	540.183
Custo das vendas	27	(299.011)	(370.644)
Lucro bruto		207.204	169.539
Despesas gerais e administrativas	28	(14.530)	(18.629)
Despesas tributárias		(1.094)	(1.265)
Outras receitas operacionais		17	66
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		191.597	149.711
Receitas financeiras	29	3.583	5.892
Despesas financeiras	29	(25.099)	(28.652)
Resultado financeiro líquido		(21.516)	(22.760)
Lucro antes dos impostos		170.081	126.951
Imposto de renda e contribuição social	30	(57.329)	(43.599)
Incentivo fiscal do imposto de renda	30	31.767	23.785
Lucro líquido do exercício		144.519	107.137
Lucro líquido por lote de mil ações - RS		1,64	1,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	144.519	107.137
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	144.519	107.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Total	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2017	139.039	26.903	114.163	141.066	-	6.479	286.584	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.137	-	107.137	
Reserva legal	-	905	-	905	(905)	-	-	
Incentivo fiscal do imposto de renda	-	-	23.785	23.785	(23.785)	-	-	
Distribuição de dividendos - ano 2016	-	-	-	-	-	(6.479)	(6.479)	
Distribuição de dividendos - ano 2017	-	-	-	-	(76.137)	-	(76.137)	
Retenção de lucros	-	-	-	-	(6.310)	6.310	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.039	27.808	137.948	165.756	-	6.310	311.105	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	144.519	-	144.519	
Incentivo fiscal do imposto de renda	30	-	31.767	31.767	(31.767)	-	-	
Distribuição de dividendos - ano 2017	25	-	-	-	-	(6.310)	(6.310)	
Distribuição de dividendos - ano 2018	25	-	-	-	(105.283)	-	(105.283)	
Retenção de lucros	25	-	-	-	(7.469)	7.469	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.039	27.808	169.715	197.523	-	7.469	344.031	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	144.519	107.137
Ajustes para:		
Depreciação	14.281	14.192
Amortização	766	730
Baixa de ativo imobilizado	2.185	1.898
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(1.905)	(3.397)
Imposto de renda e contribuição social	25.562	19.814
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	25.145	28.864
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	50.041	(34.417)
Estoques	(8.430)	(3.414)
Impostos a recuperar	511	1.009
Outras contas a receber	2.682	(426)
Despesas antecipadas	(2.456)	(468)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(39.257)	16.050
Obrigações trabalhistas	17	81
Obrigações tributárias	218	393
Pesquisa e desenvolvimento	(6.372)	(357)
Outras contas a pagar	116	(337)
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	(22.716)	(21.522)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.696)	(24.617)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	165.211	101.213
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Resgate de aplicações financeiras	6.869	900
Aquisição de imobilizado	(16.703)	(11.576)
Aquisição de intangível	(209)	(159)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(10.043)	(10.835)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(116.204)	(59.269)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.780)	(5.119)
Pagamento de debêntures	(24.271)	(24.271)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(151.255)	(88.659)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	3.913	1.719
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.186	22.467
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.099	24.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. A Companhia
A Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de setembro de 2007, com sede na via de acesso à Subestação Miranda II da Eletrobrás, Km 3, Portão A - Zona Rural, no município de Miranda do Norte, estado do Maranhão. A Companhia tem como objeto social exclusivamente a implantação e exploração de duas usinas termelétricas, denominadas UTE GERAMAR I e UTE GERAMAR II, também na cidade de Miranda do Norte.

b. Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica através da Portaria nº 017, de 17 de janeiro de 2008 e da Portaria nº 019 de 18 de janeiro de 2008, ambas do Ministério de Minas de Energia, pelo prazo de 35 anos.

c. Operação

Em virtude da autorização da qual é titular, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa seu produto por sua conta e risco e a preços estabelecidos através do cálculo do Custo Variável Unitário - CVU, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de licitação de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

d. Contrato de comercialização

A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 9 de janeiro de 2010 (UTE GERAMAR I) e 6 de fevereiro de 2010 (UTE GERAMAR II), sendo que cada usina é constituída por 19 (dezenove) unidades moto geradoras, totalizando 330 MW de capacidade instalada. Atualmente fornece energia elétrica para 36 (trinta e seis) clientes, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), celebrados em 25 de fevereiro de 2008, com início em 1º de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2024.

Nos exercícios de 2017 e 2018, as usinas geraram e forneceram energia por determinação do Operador Nacional do Sistema nos seguintes períodos: de 9 a 11 de janeiro, de 20 a 25 de fevereiro e de 28 de julho a 24 de novembro de 2017; e de 28 de julho a 28 de setembro de 2018. Nos demais períodos, as usinas permaneceram em disponibilidade, sem gerar energia.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 9 de abril de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas não produziu efeito relevante às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(a) CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA e valor justo por meio do resultado - VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 contém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original	Nova classificação	Valor	
			contábil original CPC 38	contábil original CPC 48
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (a)	24.186	24.186
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (a)	80.848	80.848
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (a)	9.353	9.353
Passivos financeiros				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	47.289	47.289
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	69.446	69.446
Débitos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	257.084	257.084

(a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber que eram classificadas como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificadas como custo amortizado. Nenhum impacto foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48.

7 Representação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 13 de fevereiro de 2019, estão sendo representadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência da transferência das ações da GNP S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018 (originalmente apresentado)	Ajuste	31/12/2018 (representado)
Passivo	340.707	-	340.707
Patrimônio líquido			
Capital social			
GNP S.A.	69.519	(69.519)	-
Service Investimentos e Participações Ltda.	-	34.760	34.760
Fundo de Investimento em Participações Ordem São Davi Scheel	-	29.135	29.135
Equatorial Energia S.A.	34.760	-	34.760
Fundo de Investimento e Participações Brasil Energia	34.760	-	34.760
Total do capital social	139.039	-	139.039
Reserva de lucros	197.523	-	197.523
Dividendo adicional proposto	7.469	-	7.469
Total do patrimônio líquido	344.031	-	344.031
Total do passivo e do patrimônio líquido	684.738	-	684.738

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido

por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria os como:
 - o ativos financeiros mantidos para negociação;
 - o os instrumentos derivativos de hedge; ou
 - o os ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumuladas no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros

são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Ativos de contratos

Os valores a futurar são apropriados com base em relatórios técnicos que demonstram a receita por energia contratada parcela fixa e variável, emitidos pela área de operação da Companhia.

Conforme acordado no Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia emite o faturamento mensal com base no valor informado no site da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Companhia, então, obedecendo o cronograma de faturamento que é dividido em três parcelas: (i) a primeira com vencimento no vigésimo dia do mês subsequente; (ii) a segunda com vencimento no trigésimo dia do mês

subsequente; e (iii) a terceira com vencimento no décimo dia do mês posterior ao mês subsequente.

c. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os impostos retidos na fonte pelas entidades de economia mista e/ou públicas são reconhecidos somente quando ocorre o recebimento do cliente, e são considerados créditos tributários.

Baseada nos contratos celebrados e no histórico com os clientes da Companhia, a Administração não espera ter perdas significativas em suas contas a receber e, por isso, não constituiu provisão para redução ao valor recuperável.

d. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimado dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	45 anos
Equipamentos de informática	5 anos

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tal como imobilizado, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, que não sobre ágio, reconhecidas em exercícios anteriores, são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

g. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização, que é calculada linearmente pelo período de 5 anos.

h. Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais da Companhia. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 10 anos.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008 até a sua realização total, que ocorrerá em 31 de dezembro de 2019, por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

i. Receita operacional líquida

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa nº 6 (a).

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receita de juros sobre aplicações

financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente, juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistsências Governamentais.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A instalação das usinas na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o lucro da exploração.

As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas compreendem os respectivos tributos correntes.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras, e não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois suas análises preliminares demonstram que a aplicação das mesmas não terá impacto significativo.

(a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos
A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão

sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluem a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Inscritos estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosas. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora

A Companhia avaliará a classificação dos subarrendamentos em que é um arrendador.

(iii) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Isso significa que se houver efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) este será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Se houver efeitos a Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICP 03.

(b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICP 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2));
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros

10 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	10.626	19.006
Aplicações financeiras	17.473	5.18

São Luís, sábado, 27 de abril de 2019

O financiamento na modalidade Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNT), gerido pelo BNB, refere-se a valores liberados no montante de R\$ 83.487, acrescidos de juros de 10% a.a., a ser diminuído de bônus por inadimplência de 15%, o que resulta em juros efetivos de 8,5% a.a., com amortização prevista em 180 meses. Está garantido pelo aval de acionistas, penhor das ações da Companhia, hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Usina, cessão de direitos emergentes e cessão dos direitos de crédito dos contratos CCTAR.

Para também garantir essa dívida junto ao FNE, a Companhia possui a aplicação financeira vinculada de longo prazo, a título de reserva de garantia, no valor de R\$ 16.388, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui em seu contrato junto ao Banco, cláusulas, conforme detalhado abaixo, que perante ao seu descumprimento, o Banco do Nordeste pode exigir a quitação completa e antecipada do contrato de financiamento.

- Insuficiência de saldo na conta reserva I e II;
- Atraso superior a 30 dias em suas parcelas;
- Revogação das autorizações concedidas pela ANEEL e MME; e
- Extinção dos contratos CCTAR.

A Companhia não violou nenhuma das respectivas cláusulas rescisórias.

Movimentação no saldo de empréstimos e financiamentos ao longo do exercício

Tipo	2017	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2018
FNE	69.446	6.033	(6.048)	(10.780)	58.651
	69.446	6.033	(6.048)	(10.780)	58.651

Cronograma de desembolsos de longo prazo

	2018	2017
2019	-	6.265
2020	5.767	6.269
2021 (a)	794	863
2022	7.287	7.923
2022 em diante	38.963	42.363
	52.811	63.683

- A redução está relacionada a amortização de parte do saldo devedor do financiamento com a utilização dos valores excedentes depositados nas contas de reservas em favor do BNB, nos termos da cláusula vigésima sétima da Escritura de Financiamento, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

20 Debêntures

Instituição financeira	Tipo	2018	2017
Banco da Amazônia S/A - BASA	FDA	235.257	257.084
Circulante		43.373	40.903
Não circulante		191.884	216.181

As debêntures referem-se a financiamento junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e tomado do Banco da Amazônia S.A., no valor total de R\$ 334.057, através da emissão de 334.057.000 debêntures. O saldo devedor é corrigido pela TJP, acrescida de juros 0,85% a.a., mais 0,15% a.a. de del credere, com amortização prevista em 180 meses.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, limitada a 15% de cada parcela programada, caso não haja o pagamento das parcelas de amortização. As debêntures estão garantidas por:

- Aval de acionistas;
- Penhor de 100% das ações da Companhia;
- Hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, incluídas as beneficiárias no montante aproximado de R\$ 119.262;
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Usina no montante aproximado de R\$ 388.000; e
- Cessão dos direitos de créditos dos CCTAR.

Para também garantir essa dívida junto ao FDA, a Companhia possui a aplicação financeira vinculada de longo prazo, a título de reserva de garantia, no valor de R\$ 22.199, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui em seu contrato junto ao Banco, cláusulas, conforme detalhado abaixo, que perante o seu descumprimento, o Banco da Amazônia pode exigir a quitação completa e antecipada do contrato de financiamento:

- Inadimplência por parte da Companhia ou dos Acionistas;
- Alteração no controle direto ou indireto da Companhia, sem aval da SUDAM;
- Descumprimento de legislação ambiental;
- Contratação de trabalho escravo ou infantil;
- Existência de procedimento judicial que afete as garantias ofertadas;
- Descumprimento do regulamento do FDA.

A Companhia não violou nenhuma das respectivas cláusulas rescisórias.

Movimentação no saldo de debêntures ao longo do exercício

Tipo	2017	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2018
FDA	257.084	19.112	(16.668)	(24.271)	235.257
	257.084	19.112	(16.668)	(24.271)	235.257

Cronograma de desembolsos de longo prazo

	2018	2017
2019	-	43.214
2020	46.052	45.666
2021	48.937	48.234
2022	51.838	50.926
2022 em diante	45.137	28.141
	191.884	216.181

21 Obrigações tributárias

	2018	2017
ISS	59	44
INSS	37	46
IRRF sobre salários	309	198
IRRF sobre serviços	18	33
PIS e COFINS - lei 10.833	48	38
ICMS a pagar	17	58
PIS e COFINS sobre faturamento	1.807	1.670
	2.295	2.077

22 Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
CSLL a recolher	9.108	1.043

23 Pesquisa e Desenvolvimento

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.465, de 28 de março de 2007, nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009 e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida - ROI, em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. Conforme artigo 4º da referida lei, a Companhia calcula 1% da ROI, 40% do valor apurado é destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 20% para o Ministério de Minas e Energia (MME) e 40% são recursos a serem investidos em projetos da Companhia, sendo que os projetos devem ser submetidos para a aprovação da ANEEL.

	2018	2017
Saldo inicial	13.354	13.711
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	5.012	5.349
Atualização	235	881
Aplicações	(11.619)	(6.087)
Saldo final	6.982	13.354

24 Processos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, julgou não ser necessário constituir provisão para cobrir perdas com as ações em curso, por serem consideradas de possibilidade remota de perda.

Existem outros contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 320 (R\$ 461 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social autorizado, subscrito e integralizado, conforme AGE realizada em 26 de fevereiro de 2013, é de R\$ 139.039, representado por 88.020.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social tem a seguinte composição:

Acionistas	RS	Ações	Representatividade %
Servtec Investimentos e Participações Ltda. (a)	34.760	22.005.000	25,00
Fundo de Investimento em Participações Ordem (a)	29.135	18.444.383	20,96
Salo Davi Seibel (a)	5.624	3.560.617	4,04
Equatorial Energia S.A.	34.760	22.005.000	25,00
Fundo de Investimento e Participações Brasil Energia - FIP*	34.760	22.005.000	25,00
	139.039	88.020.000	100,00

- Em 26 de novembro de 2018 por ocasião da dissolução da GNP S/A, as ações nominativas desta acionista sobre a Companhia foram transferidas proporcionalmente aos sócios da GNP S/A, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária e Termo de Transferência de Ações assinados na referida data. A Administração tomou conhecimento da data da transferência das ações da Companhia posteriormente, após a emissão das suas demonstrações financeiras e, portanto, está reatualizando estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 com a nova composição acionária. Não existe impacto contábil oriundo dessa transferência nos outros elementos das demonstrações financeiras.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada final de exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018, a Companhia não constituiu reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76. A Administração usualmente propõe dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 25%, para futura deliberação dos acionistas em assembleia geral. Cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentado abaixo:

Lucro líquido do exercício	144.519
(-) Incentivos fiscais do imposto de renda	(31.767)
Base de cálculo	112.752
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.188
Dividendos adicionais distribuídos	77.095
Total de dividendos distribuídos no exercício	105.283

No exercício de 2018, a Companhia apropriou dividendos a seus acionistas no montante de R\$ 134.940, relativo:

- O valor do dividendo adicional proposto de R\$ 6.310 referente ao exercício de 2017 foi deliberado em conjunto com o pagamento de R\$ 23.347 (saldo a pagar existente no encerramento do exercício 2017) em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de março de 2018, totalizando o montante de R\$ 29.657 pagos em fevereiro, março e abril; e
- Dividendos intermediários do ano 2018, no total de R\$ 105.283, deliberados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 18 de abril, 16 de julho, 10 de outubro e 13 de dezembro de 2018. O pagamento de dividendos foi realizado nos seguintes montantes e respectivas datas durante o exercício de 2018: R\$ 20.948 em maio; R\$ 20.061 em setembro; R\$ 20.000 em outubro; R\$ 23.000 em novembro; R\$ 2.538 em dezembro; e R\$ 18.736 a pagar em 2019.

Dividendos adicionais

Referem-se à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório, ainda não distribuídos, determinado no estatuto social da Companhia. Foi mantido o montante de R\$ 7.469 em conta específica de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva dos acionistas.

26 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta	255.267	247.790
Venda de energia contratada por disponibilidade	302.547	347.460
Venda de energia fornecida (a)	557.814	595.250
Desdúos	(9.204)	(9.823)
PIS	(42.395)	(45.244)
COFINS	(51.599)	(55.067)
	506.215	540.183

- A variação no saldo deve-se principalmente a redução de demanda da receita por energia contratada - parcela variável, e taxa de aumento de aproximadamente 70% no valor do Custo Variável Unitário - CVU, que impacta diretamente no faturamento da energia gerada. Em 2018, foram entregues 46 MW médios, com CVU médio de R\$ 710,00 (92 MW médios, com CVU médio de R\$ 420,00, em 2017).

O CVU é regulado pela cláusula nº 7 do CCTAR e tem variações mensais pela média da taxa de câmbio de venda do Dólar americano e pelo preço médio de referência do combustível, e ainda pela variação anual do IPCA.

27 Custos das vendas

	2018	2017
Óleo combustível OC-BI (a)	(209.266)	(285.938)
Uso das instalações de transmissão (b)	(25.813)	(24.870)
Lubrificantes, óleo diesel, manutenção e outros	(13.850)	(13.151)
Aquisição de energia	(13.242)	(14.065)
Pessoal	(12.015)	(11.077)
Depreciação e amortização	(14.468)	(14.326)
Demais custos aplicados	(10.357)	(7.217)
	(299.011)	(370.644)

- Variação atrelada a diminuição da geração de energia e ao preço do combustível.
- Montante calculado e registrado conforme contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

28 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Serviços contratados (a)	(3.935)	(7.579)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.878)	(5.194)
Despesa com pessoal	(3.387)	(3.388)
Depreciação e amortização	(578)	(594)
Outras despesas	(1.752)	(1.874)
	(14.530)	(18.629)

- A redução deve-se aos gastos com serviços advocatícios ocorridos em 2017.

29 Receitas (despesas) financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras	2.894	4.945
Rendimento de aplicação financeira	689	947
Outras receitas	3.583	5.892
Despesas financeiras	(19.292)	(22.053)
Juros sobre debêntures FDA (a)	(5.126)	(5.941)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - FNE (b)	(85)	(143)
Despesas bancárias	(319)	(110)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(277)	(405)
Outras despesas	(25.099)	(28.652)

- Em 2018 os juros incorridos sobre as debêntures da FDA totalizam R\$ 19.112. A Companhia apropriou ainda R\$ 180 referente a "serviços de administração da conta centralizadora do BASA", totalizando R\$ 19.292.
- Em 2018 os juros incorridos sobre os empréstimos e financiamentos do FNE totalizam R\$ 6.033. Contudo, a Companhia apropriou R\$ 907 referente a "bônus por adimplência de 15%", nos termos da cláusula décima primeira da Escritura de Financiamento, totalizando R\$ 5.126.

30 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos reconhecidos contabilmente no resultado nos exercícios de 2018 e de 2017 estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	170.881	126.951
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Cálculo pela alíquota fiscal combinada	(57.827)	(43.163)
Ajustes para apuração do lucro real:		
Adições (exclusões), liquidações	498	(436)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(57.329)	(43.599)
Incentivo fiscal do imposto de renda	31.767	23.785
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(25.562)	(19.814)
Alíquota efetiva	15,03%	15,61%

31 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como principais partes relacionadas seus acionistas a Servtec Investimentos e Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Ordem, Salo Davi Seibel, Equatorial Energia S/A, e Fundo de Investimento e Participações Brasil Energia - FIP, seus administradores, seus familiares, bem como entidades ligadas.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações que estão detalhadas abaixo:

	31 de dezembro de 2018		
	Vendas	Compras	Ativo
	Valor da transação	Valor da transação	Contas a receber
Companhia Energética do Maranhão - CFMAR (a)	2.801	139	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (b)	6.216	-	-
Companhia Energética do Piauí - CEPISA (c)	228	-	-
	9.245	139	-
	31 de dezembro de 2017		
	Vendas	Compras	Ativo
	Valor da transação	Valor da transação	Contas a receber
Companhia Energética do Maranhão - CFMAR	2.867	178	151
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	6.362	-	334
	9.229	178	485

- A CFMAR tem como principal acionista a Equatorial Energia S/A. O fornecimento de energia elétrica é proveniente do contrato CCTAR nº. 3555/2007 - 29413N - 29414N, com vigência até 2024, pactuado em condições normais de mercado.
- A CELPA é controlada da Equatorial Energia S/A. O fornecimento de energia elétrica é proveniente do contrato CCTAR nº. 5564/2007 - 29431N - 29432N, com vigência até 2024, pactuado em condições normais de mercado.
- A partir de 17 de outubro de 2018 a CEPISA passou a ser controlada pela Equatorial Energia S/A. O fornecimento de energia elétrica é proveniente do contrato CCTAR nº 5567/2007 - 29437N - 29438N, com vigência até 2024, pactuado em condições normais de mercado.

Remuneração de dirigentes

A remuneração da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração, e refere-se basicamente a salários. Os membros dos conselhos não são remunerados.

O total da remuneração de beneficiários de curto prazo para os Diretores da Companhia durante o exercício de 2018 foi R\$ 1.515 (R\$ 1.524 em 2017).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

32 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os impactos e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositadoras de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2018	2017
--	------	------